



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 56

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 13 de março de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Cláudio Almeida)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, foram proferidas duas Declarações Políticas.

A primeira, foi apresentada pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), tendo a segunda sido proferida pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Pediram a palavra para participar no debate referente à segunda declaração política os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*) e Berto Messias (*PS*).

De seguida, passou-se para a Agenda da Reunião:

- [Projeto de Resolução n.º 62/X – “Pronúncia sobre a fiscalização marítima na Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, participaram no debate os Srs. Deputados José Contente (*PS*), Luís Garcia (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 63/X – “Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias, no sentido de assegurar o funcionamento da Estação Costeira”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Justificado o pedido de urgência pela Sra. Deputada Zuraída Soares, pediu a palavra para participar no debate o Sr. Deputado José Ávila (*PS*).

Colocado à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

- **[Projeto de Resolução n.º 63/X – “Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias, no sentido de assegurar o funcionamento da Estação Costeira”](#)**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Zuraída Soares, usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), José Ávila (*PS*), Luís Garcia (*PSD*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de março**, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 12 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia, a todos, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional. Vou passar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 09 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Ricardo Bettencourt Ramalho

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

António **Félix** Flores **Rodrigues**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar então nos nossos trabalhos, esta manhã com o PTAP, com as declarações políticas, uma vez que não temos votos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária:

Mentiras e suas consequências – é, hoje, o tema da Declaração Política do Bloco de Esquerda.

Estamos quase em pleno período eleitoral para as Eleições Europeias. Momento propício para políticos e comentadores se preocuparem e tecerem as mais diversas análises sobre a abstenção, o descrédito da política e o virar de costas da participação popular nas eleições.

Esta hipócrita preocupação é logo aproveitada, pelos partidos do sistema, para atirar para cima da mesa as mais diversas soluções de secretaria que, invariavelmente, passam por mudar a Lei Eleitoral, de forma a afunilar a Democracia.

Para nós, a resposta é simples: - o povo vira as costas à participação eleitoral porque está farto de ser enganado.

Sem mais, porque esta tese levar-nos-ia muito longe, vamos ver as últimas eleições.

- Passos Coelho chamou de ‘estúpido’ e de ‘disparate’ cortar subsídios de férias e de Natal, logo seguido de Paulo Portas, o defensor das pensões e dos contribuintes. Após as eleições formaram governo e o que fizeram?

Não já cada um por si mas, agora, em conjunto, cortaram subsídios, cortaram pensões e aumentaram impostos.

Mentiram, ou não? E nem sequer tinham a desculpa de que não conheciam a situação, pois negociaram, à exaustão, o acordo com a Troika.

Mas a desfaçatez tem já, na governança, patamares superiores de mentira: - a seguir, os cortes salariais e de pensões eram temporários.

Escrevem Passos e Portas para o povo se aquietar e vão mais longe: juram ao Tribunal Constitucional que os cortes são temporários, por forma a que estes passem no crivo do Tribunal. Com esta armadilha, a benesse torna-se legal.

Volvidos, nem cerca de dois anos, vem Passos Coelho assumir que os cortes, afinal, são definitivos. Fez perjúrio em Tribunal mas, mais grave, mentiu mais uma vez aos portugueses e às portuguesas.

E todas estas ofensas – que tornaram as vidas do nosso povo num martírio – têm uma justificação: a dívida.

A dívida sacrossanta que, hoje, representa 130% do PIB (antes da Troika era 90%) e que nos leva, por ano, 8 mil milhões de euros em juros, o que representa 5% do PIB, anualmente. Ou seja, continua-se a massacrar um povo, em nome do fausto do capital financeiro.

Mas para continuar este fausto, a aldrabice é, agora, mais larga e precisa de reforços.

Entra em cena Cavaco Silva, o qual assume as despesas do processo e nos vem dizer que, para pagar a dívida, são precisos trinta anos, e ter, no mínimo, taxas de crescimento de 3% e saldos primários de 4%.

Ora, em 40 anos de Democracia, nunca Portugal conseguiu atingir estes objetivos, quanto mais em trinta anos seguidos. Estes níveis não existem, em nenhum país do mundo. A Alemanha só atingiu estas metas, durante dois anos, nos últimos 17 anos.

Aí está mais uma aldrabice, porque a tudo estão dispostos estes senhores, para servirem os seus amos da banca e da finança, os quais não perdoam a ‘dízima’.

Este plano traz, ainda, mais sofrimento aos/às portugueses/as, dor que é já, hoje, absolutamente insuportável.

Era disto que falava Passos Coelho quando, no Congresso do PSD, se referia e cito à ‘pancada’ que irá doer mais, a partir de agora. E é isto que o CDS quer esconder quando, armado em panfletário do Governo, fala - com o sorriso

aberto de Paulo Portas e a vestuta cara de responsabilidade de Pires de Lima - em 'milagre económico'.

Ora, para este plano dar certo, é preciso chamar o Partido Socialista, para a administração do consórcio. O objetivo é claro: uma grande frente unida contra o povo.

O Partido Socialista diz que não vai, que é oposição, que está contra a austeridade estúpida mas, entretanto, já assinou o Tratado Orçamental.

Tratado que defende o dogma desta austeridade sem fim. Para o PS, afinal, o problema não é a austeridade, o problema é não ser ele a estar no comando dessa política e, para isso ser possível, tem de fingir para ganhar eleições.

Mesmo assim, precisamos de mais explicações para a cada vez maior abstenção.

Perante esta trama organizada contra o povo, perante tanta falsidade e mentira acerca da dívida - que não é mais do que um pretexto para aprofundar a concentração e a acumulação de riqueza de alguns, à custa da miséria e empobrecimento de milhões -, surgiram várias dezenas de pessoas a dizer "Basta! É demais!"

Afinal, tinham razão aqueles/as que, há três anos atrás, afirmavam que a reestruturação da dívida era a única solução.

Estão registados, nesta Casa, os nomes que chamaram ao Bloco de Esquerda e a mim, pessoalmente, quando, numa atitude séria e responsável, em defesa do País e do povo português, o Bloco de Esquerda (aqui como em todo o lado) defendeu a reestruturação da dívida.

Lembram-se, Senhoras e Senhores Deputados? - irresponsável, estratosférica, retro futurista, ilusionista, demagoga, irrealista e utópica evidentemente (utópica!)...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E vegetal!

Deputado José San-Bento (PS): Nós não tivemos nada a ver com isso!

A Oradora: ... e tanto mais, que o decoro e o respeito por esta Casa me impedem de repetir.

Hoje, para serem coerentes, têm de chamar todos esses nomes a Manuela Ferreira Leite, a Bagão Félix, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, senhora! Menos, menos!

A Oradora: ... ao presidente da CIP e da CCP, a Ferro Rodrigues e a tantos outros/as.

E, claro, não posso deixar de perguntar, em particular, à bancada do Partido Socialista, se vai catalogar a posição atual do Presidente Honorário do Partido Socialista/Açores, da mesma maneira que catalogou o Bloco de Esquerda.

Pelo contrário, o Bloco de Esquerda saúda a evolução de pensamento de Carlos César. Só temos pena de que seja tão tardia, pois poderia ter evitado parte do sofrimento que os/as Açorianos/as suportaram e suportam, ainda hoje.

Hoje, a grande mentira, a grande aldrabice sobre a dívida está mais a descoberto; a humilhação e a dor que, a coberto desta mentira, os Partidos (os tais ‘responsáveis’ pertencentes ao arco da governação) infligiram ao povo português tende a revelar-se, em toda a sua plenitude.

Este véu que se abre dá-nos razão e mais força para o combate, em defesa da Região, do País, dos/as trabalhadores/as, dos pensionistas e dos jovens, a quem querem negar o futuro e envenenar o presente. Dá-nos mais força para correr com a Troika, mais força para combater as políticas da Troika sem Troika, mais força para combater os vampiros.

Como sempre, para o Bloco de Esquerda, entre os bancos e as pessoas, escolhemos as pessoas. É do lado delas que continuaremos.

Disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Só concordo com o último parágrafo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para quem não gosta que lhe chamem nomes, está bom!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para participarem neste debate.

Não havendo, pergunto na mesma à Sra. Deputada se pretende usar da palavra para encerrar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pretendo, Sra. Presidente!

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Encerro-me a mim própria dizendo o seguinte.

Das duas, três, como diz o povo: ou o estado de choque foi grande para as Sras. e para os Srs. Deputados; ou ficaram sem capacidade de resposta, porque a verdade dói e é dura.

Deputado Berto Messias (PS): Foi, foi!

A Oradora: Mas uma coisa é certa: “quem cala, consente”.

Portanto, o comentário é: o Bloco de Esquerda tem razão.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Sim, sim! Tivemos muito medo em responder a V. Exa.! Fiquei sem palavras!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sendo que o PCP não irá produzir declaração política, dou então a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico comemora este ano 40 anos de existência. Temos a idade de abril. Os ideais de abril continuam, em grande parte, por cumprir. O novo regime democrático não conseguiu tornar a sociedade portuguesa numa sociedade verdadeiramente desenvolvida e tendencialmente igualitária. Pelo contrário, a miséria instalou-se de novo em vastos setores da sociedade portuguesa e a desigualdade social aprofunda-se cada vez mais. Somos o país da Europa Ocidental em que existe um maior fosso entre os ricos e os pobres.

Nos dias de hoje não existe uma verdadeira igualdade de oportunidades no acesso à educação e à saúde. Existem milhões de portugueses para quem a vida se tornou numa mera rotina de sobrevivência. Vive-se um dia de cada vez. O futuro resume-se ao dia seguinte e à refeição seguinte. Vive-se sem expectativas e com resignação. Milhares de crianças nascem e vivem em Portugal com um destino predeterminado: um destino de pobreza e de miséria para si e para os seus filhos.

É por isso, meus senhores, que alguns setores políticos da sociedade portuguesa revelam tão pouco entusiasmo em celebrar os 40 anos da Revolução de Abril. Sabem que é uma Revolução cujos ideais foram renegados e esquecidos.

O PPM é um Partido com memória. A nossa memória histórica abarca toda a nossa existência enquanto nação. Não renegamos o passado e não abdicamos do futuro. O nosso Programa Político não se alterou nos princípios fundadores de há quarenta anos.

Continuamos a defender um Portugal independente. Continuamos a defender um país e uma economia alicerçada na capacidade de produção nacional na agricultura, nas pescas, na indústria e na modernização dos serviços.

Continuamos a defender uma justa distribuição da riqueza e a construção de uma sociedade que gere iguais oportunidades para todos. Continuamos a defender o nosso património cultural e ambiental. Continuamos a ter uma visão descentralizada do Estado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM tem especiais responsabilidades na Região Autónoma dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Não tem, não!

O Orador: Aqui temos a suprema honra de integrar o Glorioso Parlamento dos Açores. A grande responsabilidade de representar o Povo dos Açores.

Os Açores são uma terra fértil. Uma região dona de um mar a perder de vista. Um arquipélago localizado junto das rotas comerciais mais importantes do mundo. Um paraíso habitado por um Povo tremendamente generoso e capaz. Temos tudo aqui para que se possa construir uma das sociedades mais prósperas

do mundo. No entanto, somos hoje uma das regiões europeias mais pobres e mais dependentes.

Não falhou o Povo, falhou, meus senhores, o Governo que se perpetua no poder. Os açorianos são incorrigivelmente generosos. Dão tudo e não esperam nada. Deram tudo a este Governo e estão a receber em troca uma governação calamitosa, arrogante e incompetente.

Chega de generosidade eleitoral para um partido e um governo que bate recordes diários em termos de desemprego. Um Governo e um partido incapaz de conter a miséria e o desespero que tomam conta de cada vez mais famílias açorianas.

Sim! Eu percebo aqueles que se encontram em situações de desespero e clamam por uma ajuda que não chega.

Sim! Eu percebo aqueles que desesperam por uma operação que não chega e cuja vida é colocada em suspenso enquanto esperam.

Sim! Eu percebo o desespero das famílias que não têm dinheiro para pagar os estudos dos seus filhos.

Sim! Eu percebo todos aqueles que desesperam com o tremendo avanço das drogas e das dependências na sociedade açoriana, em especial junto de uma juventude sem presente e sem futuro.

Sim! Eu percebo os agricultores e os pescadores que se sentem esquecidos por um governo que não governa. Por um governo invisível, perdido num nevoeiro de incapacidade.

Sim! Eu percebo a indignação dos professores e professoras que este governo agónico quer arrancar de junto dos seus filhos. Um governo insensível à tragédia humana que provoca com cada uma das suas decisões e das suas omissões.

Sim! Eu percebo os alunos que querem e devem ser os melhores e são relegados para o fundo das tabelas dos resultados escolares nacionais.

Sim! Eu percebo todos aqueles que se levantam todos os dias sem esperança de viver um dia melhor.

E sim, meus senhores, eu penso o que muitos pensam. Que este governo está a precisar de uma moção de censura como de pão para a boca. Que acabou o estado de graça de um governo que todos os dias nos desgraça. Temos o dever de exigir resultados e não desculpas. Temos o dever de dizer ao Presidente do Governo que está na hora de governar e de apresentar resultados.

Meus senhores! Açorianos! Vamos construir uma alternativa política juntos. Não fiquem em casa e ajudem a construir um novo futuro. Lutem por um sistema político com verdadeira alternância política. Não deixem que os mesmos se eternizem no poder 20 ou 30 anos.

Lutem por novos projetos e novas gentes. Lutem por um futuro diferente do presente que a todos nos esmaga.

Açorianos! Nestes novos dias, de novas exigências, a impaciência por resultados é um dever sagrado. Não desistam. Lutem pela alternância política e pela mudança. Lutem pela democracia e pela liberdade. Só existe progresso no âmbito da renovação de ideias e de pessoas. Este é o desafio e o apelo que vos quero deixar.

Disse!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Partido Popular Monárquico e o Deputado Paulo Estêvão pela sua eleição como presidente nacional, por trazer aqui esta declaração política e desejar, com certeza, que em democracia (que é sempre saudável) existam partidos democráticos, que defendam os interesses

das pessoas e que ponham ao seu serviço todo o seu empenho na defesa da democracia, que infelizmente se vai degradando na nossa região autónoma a passos largos naquilo que se criticava e que era a grande bandeira eleitoral do Partido Socialista na década de 90: que já havia 20 anos de PSD e de Mota Amaral e que era muito tempo. Portanto, a democracia estava degradada exatamente com esse argumento.

A democracia está degradada exatamente com o mesmo argumento que os senhores usavam para atacar Mota Amaral e os seus pares. A democracia ao fim de 17 anos de governo socialista está a amordaçar a sociedade açoriana, ...

Deputado Duarte Moreira (PS): Não concordo!

O Orador: ... está a amordaçar este Parlamento e é isto que nós temos que denunciar aqui todos os dias: 17 anos de poder prepotente e absoluto do Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não tem nada a ver com poder, Sr. Deputado!

O Orador: É a isso que nós temos todos os dias de chamar-lhes a atenção, para esse pormenor, para essa atitude e para essa maneira de estar na política, de controlar todos os níveis da sociedade, ...

Deputado José San-Bento (PS): Olhe só quem fala!

O Orador: ... desde a escola até à empresa, passando pelas famílias.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não acredita nisso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo,...

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras, em primeiro lugar, para dar os parabéns, desejo de felicidades democraticamente expressas em relação ao líder recentemente reeleito do PPM e dizer que é importante que esta expressão dos vários partidos neste Parlamento, mas também na política e na sociedade açoriana, tenha cada vez uma força maior.

Dizer também em relação à sua intervenção, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que aquilo que nos preocupa é de facto aquilo que as açorianas e os açorianos hoje em dia estão passando.

Nós estamos com quase 40 anos de autonomia e estamos a atravessar talvez uma das maiores crises da história do nosso regime, uma crise que põe em causa os fundamentos daquilo que nos uniu.

Nós passámos 5 séculos em ilhas de costas voltadas umas para as outras e voltadas para o exterior e hoje, quando estamos perante esta crise, os fantasmas deste divisionismo não podem continuar.

Nós temos que ter aqui uma palavra e um apelo para a união das açorianas e dos açorianos de todas as ilhas, porque os nossos adversários não estão em nenhuma outra ilha, nem sequer em nenhum outro partido. Estão naquilo que é a crise, naquilo que as açorianas e os açorianos sofrem.

Mas também não podemos deixar de dizer e de lembrar quem é que nos trouxe até aqui.

Deputado José San-Bento (PS): Logo vi!

O Orador: Portanto, aquilo que nós temos que combater são as políticas que foram definidas e implementadas que nos trouxeram ao maior nível de desemprego da nossa história, ...

Deputado José San-Bento (PS): Do seu governo!

O Orador: ... que nos trouxeram ao maior nível de abandono e de insucesso escolar.

Gostaria de saber como é que nós podemos encarar o futuro com tranquilidade se estamos perante escolas onde mais de 60% dos alunos necessitam do Apoio da Ação Social Escolar?

Se nós estamos perante escolas onde o insucesso e o abandono escolar são o maior do país?

Isto, caras amigas e caros amigos, não se deve há 20 anos nos Açores, nem se deve há 3 anos em Lisboa, deve-se a 17 anos de políticas erradas nos Açores que estão a pôr em causa uma nova geração e o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E isso também é preciso que fique aqui bem claro, para que todos nós tenhamos consciência de quem são os responsáveis pela situação a que nós chegámos e de que só com união podemos sair daqui.

Da parte do PSD/Açores podem contar não só para denunciar a situação, mas também para tentar encontrar soluções para o futuro, como temos vindo a tentar fazer.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado André Bradford (PS): Quais soluções?

O Orador: Muitas vezes as soluções que apresentamos são criticadas na altura e implementadas uns meses depois, mas, Sras. e Srs. Deputados, o PSD/Açores quando apresenta propostas e soluções não é contra o Governo Regional, é a favor das açorianas e dos açorianos e se o Governo Regional e o Partido Socialista numa primeira fase as criticam, mas depois as implementam,...

Deputado André Bradford (PS): Quais soluções?!

O Orador: ... ficamos satisfeitos na mesma por podermos dar um contributo para ajudar as açorianas e os açorianos a saírem dos momentos difíceis em que estamos e que foram trazidos pela maioria do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Aproveito para intervir tendo em conta algumas questões que foram referidas, sobretudo as referidas pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Tem sido norma neste Parlamento também em legislaturas anteriores que a determinada altura se fale em atentados à democracia, se fale em asfixia democrática, se fale em falta de oxigénio.

Portanto, não posso deixar de intervir para refutar...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... todas as críticas que são feitas nesse âmbito ao Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O PS nos Açores orgulha-se de ser um garante do respeito pela democracia e do respeito pelos partidos da oposição ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... de forma exemplar e irrepreensível, de forma que mais ninguém neste país faz como tem feito o Partido Socialista dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Presunção!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os senhores insistem permanentemente nessa narrativa, com certeza numa busca de dar provas de vida mediáticas que eu, enfim, até compreendo, mas nós recusamos e rejeitamos totalmente as críticas que são feitas ao Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É legítimo!

O Orador: Aliás, devo dizer que o CDS-PP deveria ser o último a fazer esse tipo de críticas, porque sabe muito bem que em diversos momentos e em diversas matérias nós sentámo-nos à mesa, negociámos, conversámos sobre propostas de parte a parte, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é do mais baixo que já ouvi!

O Orador: ... em vários planos e orçamentos, em várias propostas legislativas do CDS e nós, com a maturidade democrática que se exige, mesmo sendo o partido do poder ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é baixo!

O Orador: ... e tendo nesta casa uma maioria confortável, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é baixo!

O Orador: ... tivemos a humildade de nos sentar à mesa com os partidos da oposição a bem dos Açores, a bem dos açorianos, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... aceitando propostas que nos parecem corretas, exequíveis e pertinentes.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está a ofender-me!

O Orador: Afirmo com autoridade moral e política por fazer parte do partido que se autolimitou ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está ao seu nível!

O Orador: ... quando propôs e aprovou no novo Estatuto Político-Administrativo dos Açores a norma que limita os mandatos de Presidente do Governo dos Açores; do partido que propôs e aprovou a Lei Eleitoral dos Açores ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... que garante um Parlamento mais plural, com mais partidos e, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... consequentemente, mais democrático; ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem nisso o senhor é sério!

O Orador: ... do partido que propôs e aprovou um Regimento mais democrático e que garante mais respeito pelos partidos da oposição do que no resto do nosso país. Devo dizer, Regimento esse, sobre o qual um dos principais responsáveis e um dos principais proponentes, garantindo esse respeito pela

democracia e pelos partidos da oposição, é o Sr. Presidente do Governo, na altura com funções nesta casa, enquanto deputado.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Por isso é que ele agora dá ordens à Assembleia!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não estamos apenas no patamar da retórica político-partidária ou da retórica circunstancial para ficar bem na fotografia.

O PS tem uma história, o PS/Açores tem uma história e tem sempre materializado as suas palavras em atos concretos em defesa da democracia, ...

Deputados Ricardo Cabral e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... no respeito pelos partidos da oposição e pelos mais básicos princípios da democracia nos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Temo-lo feito não só ao nível da relação interpartidária, mas também ao nível da relação que é devida e exigível com os nossos parceiros sociais. Assim tem sido.

O Governo tem-se sentado à mesa permanentemente com o Conselho Regional de Concertação Estratégica, com os vários conselhos consultivos das diversas áreas do ambiente, da educação, da economia, sentando-se permanentemente com as nossas câmaras de comércio, com os nossos parceiros, sempre a querer construir, sempre a querer criar consensos, gerar consensos, em nome dos Açores e dos açorianos.

Tem sido essa a prática do PS, tem sido essa a prática deste Governo e devo dizer-vos, Sras. e Srs. Deputados, que os senhores quando põem em causa os mais básicos princípios da democracia e o respeito da democracia ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quatro partidos: um, dois, três, quatro!

O Orador: ... estão a desrespeitar quem faz parte destes conselhos, estão a desrespeitar os açorianos e estão sobretudo a ter um profundo desrespeito por aqueles que no nosso país tiveram de lutar contra a ditadura, tiveram de lutar para garantir que fôssemos hoje uma região e um país mais democráticos.

Portanto, terminando Sra. Presidente, o Partido Socialista jamais admitirá críticas sobre o desrespeito pelos princípios democráticos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Não admite?!

O Orador: Aqui estaremos, como sempre, a dar a cara, assumindo as nossas responsabilidades, mas sendo coerentes com o nosso passado. Sempre, sempre respeitando a democracia, respeitando as oposições, respeitando os parceiros sociais, em suma, respeitando as açorianas e os açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao declarante para encerrar o debate.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM nesta declaração política fez aquilo que é o dever dos partidos que estão aqui representados nesta Assembleia.

Nós trouxemos as dificuldades pelas quais a sociedade açoriana está a passar. É inegável!

Aliás, o Sr. Deputado Berto Messias, na sua intervenção não negou uma única dessas alegações.

Não é verdade que o nosso sistema educativo tem resultados que são os piores de Portugal?

Não é verdade que temos uma taxa de abandono escolar que nos envergonha?

Não é verdade que temos listas de espera no sistema de saúde que são inaceitáveis?

Não é verdade que temos problemas sociais tremendos que se estão a avolumar de dia para dia?

Não é verdade que todos nós que temos a oportunidade de andar nos campos e nas cidades açorianas somos confrontados com problemas tremendos por parte das pessoas, pessoas em desespero que nos apresentam as suas situações e que nós temos o dever de transmitir aqui, nesta casa, algumas dessas coisas?

Não é verdade e o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não as negou.

Não as negou porque sabe que são verdade, são aspetos que devem ser referenciados.

Deputado André Bradford (PS): As pessoas é que votam!

O Orador: Em relação à democracia, meus senhores. Dezassete anos de poder fazem moosa na vontade democrática de qualquer um.

Quando os partidos se eternizam no poder, estão duas décadas a governar,...

Deputado André Bradford (PS): As pessoas é que votam!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No tempo de Salazar as pessoas também é que votavam!

O Orador: ... desenvolvem aspetos de arrogância, de prepotência, como ficou provado neste último episódio que ficará para a história do Parlamento dos Açores, em que um grupo parlamentar vota sozinho uma alteração legislativa irregular, em que os senhores estiveram aqui sozinhos.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não se conforma que os açorianos queiram o PS no poder!

O Orador: Onde é que nós já vimos isso? Onde é que vimos isso? Um partido a votar sozinho?

Na Venezuela e na Coreia do Norte.

Nesse tipo de sistemas é esse o pluralismo em que ficam essas câmaras parlamentares, votadas ao abandono do pluralismo e completamente sozinhos, a deliberar sozinhos e sem oposição.

Dizia o Sr. Deputado Berto Messias: “Aqui estaremos corajosamente a votar, sozinhos, sem contraditório, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É a vontade dos açorianos!

O Orador: ... porque nós estamos aqui em defesa da democracia” e agora fala do Regimento, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor devia ter ficado aí sentadinho!

O Orador: ... um Regimento que diz claramente que não se altera nenhum texto no âmbito da redação final com votos contra (com votos contra!) e nós tivemos aqui 4 partidos que demonstraram a sua oposição a esta alteração da redação final que alterou o conteúdo e que alterou uma lei votada neste Parlamento.

Meus senhores, foi esta a questão que aqui nos trouxe e que levou a que o Partido Socialista se entrincheirasse sozinho ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Outra vez!

O Orador: ... a votar uma legislação que alterou de forma irregular e ilegal.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Meus senhores, é neste estado em que está a democracia nos Açores.

Nós hoje temos que estar especialmente atentos. Tivemos que dar uma luta tremenda para garantir um princípio que todos pensávamos que estaria consagrado, que é o facto da legislação que aqui é aprovada, que este Parlamento é a última instância de decisão política, é a última instância representativa, é a última instância legal. Somos nós que definimos aquele que é o conteúdo das leis, somos nós que definimos, neste Parlamento, em última instância, e não o partido que está no Governo, que reformula a lei conforme as circunstâncias, o seu gosto e as clientelas a que tem de servir.

Deputado Manuel Pereira (PS): Olhe que não!

O Orador: Portanto, meus senhores, ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

... a questão é esta e o que esteve em causa nesta semana foi esta luta pela liberdade, esta luta pela democracia e dizer ao partido que está no Governo que há limites que não devem ser ultrapassados e um desses limites é a decisão soberana desta casa em última instância e não de um gabinete partidário.

Deputado José Ávila (PS): Não apoiado!

O Orador: Para terminar, ...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

... o Sr. Deputado Berto Messias falou em compromissos, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é que é respeito pelas regras!

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é que é democracia!

O Orador: ... que é um partido de compromissos.

Pergunto-lhe: e o compromisso que estava no Orçamento da Região, que foi assumido em relação ao PPM, de criar a disciplina de história, geografia e cultura dos Açores?

Quando se estabelecem pontes, quando se estabelecem diálogos, os senhores não cumprem aqueles que são os vossos compromissos, aquilo que os senhores assumiram em sede de negociação. Não cumprem!

Deputado José Ávila (PS): E o terminar!?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem de terminar.

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é que é respeito pelas regras, pelos tempos!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Solicitar à Sra. Presidente que esclareça a câmara e as açorianas e os açorianos sobre quais foram os partidos que estiveram presentes na votação da deliberação sobre a conformidade do diploma do concurso e quais os que estiveram ausentes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, na terça-feira estiveram presentes na votação o Partido Socialista e o PCP. O PSD, o PPM, o CDS e o Bloco de Esquerda não estiveram presentes nessa votação.

Sras. e Srs. Deputados, agradecia aos líderes parlamentares e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos as declarações políticas.

A Mesa abre assim um período de inscrições para intervenções de interesse político relevante, caso hajam.

(Pausa)

Não havendo, vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 05 minutos, após o qual entraremos na Agenda.

(Eram 10 horas e 51 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 11 minutos)

(Após o intervalo, o Deputado Cláudio Almeida substituiu o Deputado Bruno Belo na Mesa)

Ontem concluímos no ponto 11 e foi aprovado o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, apresentado pelo PCP, pelo que hoje dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para a apresentação do diploma que consta do ponto 12 da Agenda.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Como é do conhecimento desta câmara, a Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores e outros interpuseram uma ação popular contra o Ministério da Defesa Nacional e que, numa forma resumida, aquilo que

pretendia era que fosse ressarcida pelos danos causados pela ausência de fiscalização por parte dos meios do Ministério da Defesa Nacional.

O Tribunal Administrativo de Ponta Delgada deu provimento a esta ação. Entretanto, o Ministério da Defesa Nacional interpôs recurso e o Tribunal Administrativo do Sul deu também provimento a essa ação. Posteriormente, o Supremo Tribunal Administrativo negou o provimento à ação interposta, invalidando assim a decisão tomada nos tribunais de 1.^a e 2.^a instância.

Mas a verdade é que (e não estamos aqui a pôr em causa, nem queremos pôr em causa a decisão do Supremo Tribunal Administrativo) do próprio acórdão do Supremo Tribunal Administrativo resulta um conjunto de dados que foram comprovados e pode ler-se do acórdão, designadamente, que a partir do ano de 2013 a Marinha e a Força Aérea Portuguesa deixaram de efetuar fiscalizações ao largo dos Açores, que entre 2002 e 2004 não foram efetuadas missões conjuntas entre a Marinha e a Força Aérea e que o número de embarcações estrangeiras a pescar no mar dos Açores duplicou.

Portanto, há aqui um conjunto de factos que foram dados por provados, designadamente pelo Supremo Tribunal Administrativo.

Aquilo que o Supremo Tribunal Administrativo decidiu foi de que não havia direito, digamos, aos autores da ação popular serem ressarcidos pelos danos que lhes foram causados.

Aquilo que pretende esta iniciativa do PCP é recomendar que o Ministério da Defesa faça aquilo que lhe compete, isto é, que exerça a vigilância na Zona Económica Exclusiva dos Açores, de modo a que os danos que são causados pela pesca de outras embarcações possam diminuir, ou possam mesmo cessar.

Portanto, aquilo que se pretende é exatamente que esta Assembleia não só considere que é de enorme gravidade os elevados prejuízos para os Açores que foram dados como provados e exigir ao Governo da República que cumpra um dever que é seu, através do Ministério da Defesa Nacional, exercendo a fiscalização nos mares dos Açores.

Portanto, sucintamente aquilo que é a pretensão deste Projeto de Resolução é que a Assembleia se pronuncie sobre a exigência que tem de ser feita ao Ministério da Defesa Nacional para que cumpra um dever da própria soberania. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pese embora não subscreva todas as considerações do preâmbulo, do proémio deste Projeto de Resolução, designadamente porque entendemos que o PCP continua com alguma acrimónia em relação a questões europeias, nomeadamente em relação ao Tratado de Lisboa, que, como qualquer tratado internacional, defende competências exclusivas e outras partilhadas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, vote contra!

O Orador: ... é evidente que o Partido Socialista subscreve o cerne deste Projeto de Resolução, porque inscreve-se naquilo que esta câmara e naturalmente também, por que não dizê-lo, quase todos os partidos entendem como consensual (que é uma palavra cara da atualidade): que os desígnios do Hypercluster da Economia do Mar são importantes nesta região em várias dimensões.

Mas também queríamos deixar algumas notas para que esta matéria tivesse mais algum enquadramento, no sentido de integrarmos isso numa história que começou com a viragem do país para o mar em 1998, quando foi aprovado o relatório “O Oceano e o nosso futuro” pela chamada Comissão Mundial Independente para os Oceanos, patrocinada pela Presidência da República, nesse tempo pelo Dr. Mário Soares.

Também todos nos lembramos da participação dos Açores nessa exposição mundial de Lisboa subordinada ao tema “O Oceano: um património para o futuro”. Destaco ainda algumas comissões e sobretudo uma comissão interministerial para a limitação da plataforma continental que deu origem depois, em 2005, à célebre Estrutura de Missão para a Extensão Marítima da Plataforma Continental e também para a extensão da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar que deu origem à primeira Estratégia Nacional do Mar.

Daí para cá é justo dizê-lo que os Açores têm também acompanhado estas questões relativas ao mar e Portugal assume o seu pioneirismo, através dos Açores e do trabalho feito em grande parte também pelo Departamento de Oceanografia e Pescas para o estabelecimento de boas práticas de governação sustentáveis e sustentadas dos oceanos. Por isso, estabeleceram-se algumas áreas marítimas protegidas a partir dessa altura, em alto mar. Todos estamos lembrados das expressões Rainbow, também das fontes hidrotermais Lucky Strike e de outras situações que, ligadas à chamada Convenção OSPAR, deram mesmo o chamado Parque Marinho dos Açores que é um ganho efetivamente nos Açores.

Para além disso, mesmo no âmbito da biodiversidade, em 2008, os critérios dos Açores serviram para a ONU estabelecer novas áreas marinhas protegidas em todo o mundo, por isso, há aqui uma participação ativa dos Açores, mas não deixa de ser importante neste enquadramento (e isso tem a ver com o Projeto de Resolução) que a partir de 11 de maio de 2009, quando Portugal fez a sua candidatura à ONU para aumentar a sua jurisdição para além das 200 milhas, deu nova força e necessidade à vigilância, monitorização de todas essas águas.

Trata-se, se isso for considerado, do país a ter uma área de jurisdição de 4 milhões de quilómetros quadrados, portanto, acrescentando aos atuais mais 2 milhões e 100 mil quilómetros quadrados, o que dá novas responsabilidades ao país e dá também novas potencialidades a um país que passa a ter 4% do Oceano Atlântico a seu cargo, tendo uma área equivalente a toda União Europeia. Por isso, é de facto um dado relevante para que o Hypercluster da Economia do Mar seja um assunto importante.

Recentemente o Governo dos Açores participou (e bem!) na chamada Estratégia Nacional para o Mar, em que mais algumas coisas ficaram acauteladas, mas não se pense que esta situação será fácil sob o ponto de vista do futuro. Ainda há pouco tempo, no final de 2013, a empresa Nautilus que explora neste momento, em matéria de prospeção e de extração de recursos mineiros, na Papua Nova Guiné, tem um diferendo com esse país por causa dessas questões relativas à bioprospeção e à extração de minerais. Ou seja, há aqui desenvolvimentos futuros que precisam ser acautelados.

Em matéria de vigilância queria só deixar também mais 3 notas.

A primeira, o Centro Nacional de Vigilância Marítima do Atlântico Norte, que existe em Santa Maria e que reporta para a Agência Europeia de Segurança Marítima sediada em Lisboa, nos arredores de Lisboa, é um instrumento que não está a ser utilizado pelo estado português. É utilizado por outros estados, porque, como se sabe, o satélite que passa em Santa Maria, e com um atraso de uma hora, deixa fotografias (ou como na linguagem técnica se diz um *footprint*) desde o nordeste dos Estados Unidos até Cabo Verde e ao Mediterrâneo e consegue, por uma tecnologia que se chama SAR (ou seja, Synthetic Aperture Radar, que vê por infravermelhos o oceano), detetar os navios nas águas territoriais dentro das 200 milhas e para lá delas. Isso significa, se essa tecnologia for bem utilizada (e terá que o ser no futuro), que as fragatas que estão nos portos, ou os aviocares na Base das Lajes, em vez de irem ver se há alguma coisa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não existem aviocares. É o CASA 220!

O Orador: Exatamente!

... (ou outro tipo de aeronaves que existam na Base das Lajes), em vez de irem gastar combustível, podem ir verificar se aquilo que foi detetado pelo satélite configura exatamente alguma situação ilegal ou ilegítima em termos da vigilância.

Por isso, isso é um instrumento que sob o ponto de vista da deteção remota no futuro ainda há de ser aperfeiçoado com o futuro projeto Galileu que também chegará a Portugal.

Queria dizer também que no âmbito desta vigilância há situações capciosas que são motivo da nossa preocupação permanente e que têm a ver às vezes só com os nomes da chamada estruturas de missão e basta, de uma maneira muito simples e rápida, perceber que nós não tendo nenhuma plataforma continental nos Açores por razões geológicas, todas essas estruturas de missão e todos esses nomes associados à Estratégia Nacional para o Mar nunca referem nada que tem a ver com a nossa plataforma mais oceânica e rica em rochas basálticas, ou seja, de gabros e de basaltos e não de granitos onde há a plataforma continental. Só para vos dar uma ideia, a primeira Estrutura de Missão para a Extensão Marítima da Plataforma Continental é uma invetiva nas nossas águas territoriais e no fundo das águas territoriais e agora a nova estratégia para o mar fala em plataforma estendida, ou seja, não se pense que os Açores não terão que manter uma vigilância permanente a esta questão, porque isto vai ser motivo de grandes lutas políticas e jurídicas para o futuro.

Por isso, nós consideramos que este Projeto de Resolução faz sentido, merece a aprovação do Partido Socialista e nós achamos também que no futuro, para o mar ser um oceano de oportunidades, terá que haver vigilância, terá que haver tecnologia, terá que haver muita investigação.

Oxalá que pelo menos a Sra. Secretária de Estado, que é açoriana, a Secretária de Estado da Defesa, o entenda também com estas preocupações.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução surge na sequência de uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo e a primeira coisa que gostaria de dizer neste debate é que, independentemente de concordarmos ou não com este acórdão do Tribunal Administrativo, num estado de direito temos de o respeitar, apesar de reconhecermos que ele é penalizador para a região numa primeira análise e digo

numa primeira análise porque, como já referiu o Sr. Deputado Aníbal Pires, há um conjunto de dados que são provados em alguns aspetos importantes para a região e que, inclusivamente, fundamentam este Projeto de Resolução.

Em segundo lugar, afirmar claramente que a fiscalização das nossas águas é uma responsabilidade do Estado e também afirmar claramente que essa fiscalização tem sido e é muito deficiente para um país que tem, como sabemos, a maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia.

Essa fiscalização como digo não tem existido de forma aceitável há muitos anos e, portanto, achamos que é dever deste primeiro órgão da autonomia em todo o momento denunciar essa situação e exigir que o Estado cumpra as suas obrigações também nessa matéria.

Em terceiro lugar, e no nosso entendimento, é preciso naturalmente reforçar os meios de fiscalização e é preciso também, como nós vemos muitas vezes, falando com diversas entidades que têm competência nessa matéria, (é preciso também, dizia eu) articular esses poucos meios que existem e articular também a ação das entidades com competência na área da fiscalização, evitando sobreposições e melhorando a eficácia dessa fiscalização.

Portanto, queríamos deixar também claro que esse reforço de meios e uma maior articulação é uma exigência e é uma exigência porque nós temos de ser coerentes nesta matéria.

Não podemos quer a nível nacional, quer a nível europeu e até a nível regional definir legislação e orientações que procurem, por um lado a promoção de um desenvolvimento sustentável ao nível do meio marinho, definir legislação nacional, europeia e até regional que procurem garantir um bom ambiente marinho, que procurem preservar os recursos marinhos, ou seja, definir todos esses objetivos que são nobres, e depois menosprezar a fiscalização de tudo isto que é absolutamente essencial para atingir esses nobres objetivos.

É que se não formos coerentes e consequentes nessa matéria, de nada servirá o investimento que fazemos, por exemplo, na investigação e no conhecimento dos nossos oceanos.

É que se não formos coerentes e consequentes nessa matéria, de nada servirá produzirmos legislação, de nada servirá promovermos a criação de áreas marinhas; de nada servirá, porque se não fiscalizarmos devidamente as nossas águas estaremos para além da questão da coerência, estaremos a desperdiçar recursos importantes.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, temos aqui mais uma oportunidade. Essa preocupação com a fiscalização também esteve e está presente no âmbito da nova e da recente reforma da Política Comum de Pescas, em que foram definidos apoios no novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas para aquisição de meios de fiscalização das águas da nossa Zona Económica Exclusiva.

Esperemos que essa oportunidade de financiamento seja aproveitada pelo Estado português para reforçar esses meios de fiscalização das nossas águas.

Portanto, por tudo isto e porque achamos que é oportuno mais uma vez este Parlamento denunciar esta situação e reivindicar que o Estado português assumira as suas responsabilidades nessa matéria, nós votaremos a favor deste Projeto de Resolução.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, devo dizer-lhe que vou acompanhar, que vou votar favoravelmente, a sua iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não com as reservas do Sr. Deputado José Contente, mas pronto!

O Orador: Devo dizer-lhe o seguinte em relação a esta matéria.

Percebo, todos nós percebemos, as dificuldades pelas quais o Estado português está a passar.

Quando se compram meios de proteção e de fiscalização marítima é porque se compram e são caros.

Quando nós consideramos que existem prioridades do ponto de vista da defesa e da fiscalização deste enorme espaço marítimo também há sempre críticas.

O que os partidos têm que assumir é que a defesa e a fiscalização do enorme espaço marítimo sob jurisdição portuguesa que poderá atingir os 4 milhões de quilómetros quadrados, ou seja, algo semelhante a praticamente metade do território do Brasil, é uma enorme responsabilidade do ponto de vista geoestratégico, é uma enorme responsabilidade do ponto de vista da soberania.

Nós temos todos que exigir ao Estado que cumpra as suas obrigações, mas também temos que exigir aos partidos políticos que assumam os efeitos dessa exigência e assumir os efeitos dessa exigência quer dizer que há uma parte da nossa despesa, há uma parte do Orçamento de Estado que terá que ser disponibilizado para esta fiscalização e isto é caro. Estes meios militares são caros, muito caros.

Por isso, há quem diga, tenho analisado em revistas da especialidade, que se pode diminuir o dispositivo militar terrestre do país em detrimento da zona marítima.

Mas temos uma outra dificuldade que alguns especialistas já estão a alertar, é que a Espanha está a viver um período de desagregação territorial e nós não sabemos como é que as coisas vão evoluir, nomeadamente no referendo da Catalunha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E na Rússia, na Ucrânia!

O Orador: Portanto, se calhar, é conveniente que se mantenha um dispositivo militar terrestre também à altura das complicações que podem vir a surgir na Península Ibérica nos próximos anos. Se nós consideramos que tudo isto estava ultrapassado com a Guerra Fria, os acontecimentos que estão a suceder neste momento na Europa de Leste, nomeadamente na Ucrânia, na Crimeia, em que o Partido Comunista, por exemplo, tem uma posição *sui generis*, que é o apoio à invasão russa, nós neste momento consideramos que as questões do dispositivo militar em Portugal devem ser tratadas como uma questão de estado que exige compromisso. Exige compromisso por parte dos partidos políticos e o PPM tem esse compromisso de defender o reforço dos meios militares que têm de ser

afetados à defesa da zona marítima, também mantendo a nossa capacidade do ponto de vista do dispositivo militar no território terrestre.

Esta é a nossa opção e, portanto, isto significa gastar e gastar substancialmente no âmbito da defesa.

Devo dizer também em relação a esta matéria que todos os dias a história se repete e há muita gente, muitos analistas, a dizer que esta zona é uma zona fundamental, é uma zona geoestrategicamente fundamental. É aqui na nossa Zona Económica Exclusiva que passa 50% do comércio marítimo com destino à Europa. Portanto, é uma zona de importância geopolítica fundamental e há quem diga que estes territórios e a jurisdição destes territórios não podem ser dados. É um país que não tem capacidade militar para o defender e fiscalizar.

Há quem diga isso, meus senhores. Foi o que disseram no âmbito do Mapa Cor-de-rosa em África, como todos se lembram.

O que nos disseram é que não interessam motivos históricos ou motivos de jurisprudência. O que interessa é a ocupação ou a capacidade que esse país tem de fiscalizar e ocupar esse território. Nós podemos estar a ser confrontados com uma situação muito semelhante aqui no Atlântico Norte, em que nos dizem que os senhores têm uma área gigantesca, mas os senhores não têm capacidade de a defender, de a fiscalizar e aqui passa 50% do comércio marítimo para a Europa Ocidental.

Portanto, meus senhores, é uma questão de opções, não é uma questão só de exigir ao Estado português que tenha e que reforce os meios de fiscalização. Temos de o fazer. Nós estamos de acordo, por isso é que vamos votar favoravelmente esta proposta.

Mas exige uma outra responsabilidade. Exige a responsabilidade de dizer que assumimos as consequências deste pedido e as consequências deste pedido significam que o Governo português deve reforçar a nossa capacidade do ponto de vista dos meios marítimos, dos meios da defesa nacional, que coloca à disposição neste espaço. Isso custa dinheiro, custa muito dinheiro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só apenas duas breves notas.

Relativamente à questão do Tratado de Lisboa é evidente que o PCP não podia omitir nos considerandos a questão do Tratado de Lisboa e fez referência a ele exatamente porque é a partir do Tratado de Lisboa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Depois como é que era de dinheiro?!

O Orador: ... que decorre o problema como V. Exa. sabe, Sr. Deputado José Contente.

Relativamente à questão da decisão do Supremo, penso que foi claro que o PCP respeita e não põe em causa a decisão do Supremo Tribunal Administrativo. Apenas, digamos, dos dados que foram provados e que constam do próprio acórdão resulta da assunção pelo próprio tribunal que de facto esses factos foram dados como provados e, portanto, que há necessidade aqui do...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Com certeza. É evidente, Sr. Deputado.

Mas a verdade é esta. Os factos foram dados como provados e, portanto, não colocando em causa o acórdão do Tribunal que considera que os autores da ação não devem ser ressarcidos pelas razões que são apontadas no próprio acórdão, mas a verdade é que há aqui um conjunto de dados comprovados.

Só para ficar claro que o PCP não coloca em causa a decisão nem do Supremo Tribunal Administrativo, nem de qualquer outro tribunal.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não ia intervir neste ponto, mas dado o que se passou (a intervenção do Sr. Deputado José Contente, do Sr. Deputado Aníbal Pires) dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, e como foi aqui bem referido, o desenvolvimento da alta tecnologia de vigilância, como o Sr. Deputado José Contente referiu, europeia precisa obviamente de fundos que são europeus e nós não podemos arvorarmos num discurso antieuropeísta fundamentalista e depois sabermos que para a vigilância da Zona Económica Exclusiva, da nossa vasta Zona Económica Exclusiva, vamos sobretudo precisar, no futuro, cada vez mais de fundos europeus, já que a vigilância militar começa a ficar um bocadinho obsoleta, exatamente por ser cara e temos que socorrer de tecnologias mais eficazes e mais baratas.

Portanto, é aqui um paradoxo do Partido Comunista Português, fundamentalmente, fundamentalista, antieuropeísta, mas depois quer socorrer-se (é contra o Tratado de Lisboa, é contra a Europa, é contra todas as medidas), quer a vigilância da Zona Económica Exclusiva dos Açores e essa só pode ser feita com fundos europeus, senão não conseguiremos fazê-la no futuro de uma forma eficaz.

Relativamente ao Projeto de Resolução, Sr. Deputado Aníbal Pires, devo dizer que o primeiro ponto é um bocadinho difícil de votar a favor, porque o senhor diz ... E é para esta Assembleia!

Também, Sr. Deputado José Contente, se me permite, e Sr. Deputado Paulo Estêvão, Sr. Deputado Luís Garcia, chamo a atenção para este ponto.

O primeiro ponto resolutivo diz, ou escreve, melhor dito: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera serem de enorme gravidade e causadores de elevados prejuízos para os Açores os factos que se deram como provados no processo que opôs diversas associações” e por aí fora.

Ora, não é isso que diz o tribunal.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É, é!

O Orador: Portanto, nós ao estarmos a votar isto, estamos a votar uma coisa contrária àquilo que o Supremo Tribunal diz na sua sentença, que vou ler, do acórdão.

Isto resulta primeiro da sentença do Tribunal Central Administrativo do Sul que se refere à defesa da Zona Económica Exclusiva “atribuindo ao Estado português um conjunto de direitos e deveres sem que seja possível encontrar no seu âmbito de proteção os interesses dos pescadores portugueses.

É, portanto, claro que a alegada violação de diversas normas constitucionais ilegais relativas à fiscalização e gestão da exploração da ZEE não pode” ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Leia, que é isso mesmo!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me acabar!

... “fundamentar a responsabilidade civil pelos danos dos pescadores portugueses [“não pode”!; “responsabilidade civil”!], ...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Responsabilidade civil! Muito bem! Não é a mesma coisa! Continue a ler!

O Orador: Indemnização!

... “na medida em que as mesmas normas não se destinam a proteger os seus interesses, mas sim os interesses de todos os portugueses.”

Deputado Aníbal Pires (PCP): De todos os portugueses!

O Orador: “Os interesses dos pescadores dos Açores [como de resto afirmou o acórdão] são reflexamente desprotegidos, ou seja, interesses que não estão incluídos no âmbito da proteção das normas invocadas.

Desde modo, concluindo, sem necessidade de analisar os demais pressupostos da responsabilidade civil, é evidente que a ação deve improceder e, consequentemente, o réu ser absolvido do pedido.”

Ora, que eu saiba, isto contradiz o ponto 1. “Civil”!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): E proceder no que toca à responsabilidade civil! Eu li o relatório!

O Orador: Oh, Sra. Deputada, eu também. No ponto 1 graves prejuízos estão aqui ditos. Graves prejuízos, Sra. Deputada! E os graves prejuízos não eram só ambientais!

Oh, Sra. Deputada, a senhora quer votar favoravelmente o Projeto de Resolução do Partido Comunista está no seu direito.

O que o tribunal diz e escreve é uma coisa; a senhora quer ignorar, ignora. Está no seu direito. Interpreta da maneira que quiser o acórdão do tribunal.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Claro! Como o Sr. Deputado também está a fazer!

O Orador: O que aqui está escrito é claro e vai contra o ponto. E nós, esta Assembleia, pronunciamo-nos sobre estas questões dos pescadores dos Açores. É o que aqui está escrito.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): O que o senhor está a dizer é a negar a responsabilidade do Estado!

O Orador: A Sra. Deputada quer inscrever-se para explicar à câmara...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não, não quero! Gosto mais de fazer apartes!

Deputado Francisco César (PS): Está nesse direito!

O Orador: Ah, gosta!

Quer inscrever-se para explicar à câmara tudo e já agora continuar a exercer a sua brilhante (que reconheço) técnica jurídica às vezes falhando em questões de legalidade absolutamente lamentáveis?

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Desculpe!?

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Vai justificar-se, imediatamente!

O Orador: V. Exa. também, como aconteceu aqui, votando um diploma ilegal, Sr. Deputado Francisco Coelho. Também V. Exa.

Presidente: Sra. e Sr. Deputado, não vamos entrar em diálogo.

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, o ponto 1 não é absolutamente consentâneo com a sentença do Tribunal determinante, embora reconheça que o seu Projeto de Resolução é positivo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, parece que os meus apartes o incomodaram muito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eram intervenções!

A Oradora: Tenho pena. Eles fazem parte e animam o debate parlamentar.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: De qualquer forma não é por causa dos meus apartes que peço a palavra.

Peço a palavra porque o senhor proferiu uma afirmação que fere a minha honra, o meu brio profissional e o meu brio político enquanto deputada e enquanto pessoa ...

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que procura exercer o seu cargo com toda a dedicação e com a competência que tem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O senhor disse que eu às vezes falhava de forma absolutamente lamentável.

Quero que o senhor indique, uma a uma, as situações em que eu falhei de forma absolutamente lamentável, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque tem que me ser dada a oportunidade de justificar esses meus falhanços.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada, só para esclarecer se o que fez foi pedir a palavra para intervir sobre defesa da honra ou se foi intervenção.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não, não! Para uma intervenção!

Presidente: Foi intervenção. Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Quais foram os meus falhanços lamentáveis?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, não vou entrar em discussão com V. Exa.

Julgo que aquilo que se pretende aqui não é colocar em causa, e foi dito claramente, a decisão do Supremo Tribunal Administrativo.

Aquilo que o Supremo Tribunal Administrativo considerou foi o seguinte: que não havia lugar ao pagamento de indemnização aos pescadores.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Exatamente!

O Orador: Mais nada. O resto foi dado como provado e este Projeto de Resolução não pede nada mais que seja feito senão aquilo que deve ser feito pelo Estado português, que é a vigilância presencial por parte quer da Marinha, quer da Força Aérea, da Zona Económica Exclusiva. É só isso. Mais nada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado fará e dará o voto que entender a este Projeto de Resolução, agora não venha confundir as coisas. Não venha confundir as coisas!

Não há aí, em momento nenhum, nenhuma referência que coloque em causa a decisão do Supremo Tribunal Administrativo. Nenhuma!

Portanto, Sr. Deputado, o Sr. Deputado pode arranjar todos os outros argumentos que V. Exa. muito bem entender e que está no seu direito para não votar favoravelmente este Projeto de Resolução. O Sr. Deputado está no seu direito e com certeza haverá outros argumentos que V. Exa. possa até invocar, como seja qualquer coisa relacionada com a Coreia do Norte ou qualquer coisa assim, mas nós felizmente (não sei se V. Exa. já percebeu) estamos a falar é de um problema dos Açores, não é de outro problema e, portanto, V. Exa. pode argumentar eventualmente com a Coreia do Norte, ou com a China, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou com a milícia popular da Ucrânia!

O Orador: ... ou com qualquer coisa deste género para eventualmente não dar o seu voto favorável a estas questões, mas a isso nós já estamos habituados. V.

Exa. quando não tem outra fundamentação, normalmente segura-se a esse bordão, mas a verdade é esta: estou aqui é eleito pelo povo dos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os outros caíram do céu!

O Orador: ... e aquilo que aqui trago tem a ver com a defesa dos interesses do povo açoriano, tem a ver com a defesa dos interesses da Região Autónoma dos Açores e tem a ver com a defesa da autonomia, que está constitucionalmente consagrada.

Portanto, V. Exa. se quiser discutir dentro deste âmbito, discutimos e com certeza que procurarei dar os esclarecimentos que V. Exa. me solicitar, mas fale é deste assunto e não lance nenhuma poeira para cima deste Projeto de Resolução que, relativamente à decisão do Supremo Tribunal Administrativo, não o coloca em causa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sub-repticiamente, coloca!

O Orador: Não o coloca em causa, aliás, como há juristas aqui na sala que o podem comprovar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aqui há deputados!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e com muito gosto, responder à Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

Devo dizer o seguinte, Sra. Deputada, sem nenhum problema, porque não tenho nessa matéria, por dois motivos, mas substancialmente por um motivo. Tenho por si, pessoalmente, muita estima e muito apreço como sabe.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): É mútuo!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ah!

O Orador: Se puder falar com a Sra. Deputada, agradecia!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Fale!

O Orador: Estou a responder à Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

Tenho por si, pessoalmente, muita estima e consideração, como aliás sabe.

Tenho também, segundo motivo, a certeza que é uma excelente jurista, como aliás também sabe e reconheço-lhe isso por outros trabalhos que já discutimos, que tivemos oportunidade de discutir em algumas outras matérias, o que me levou com certeza a ficar espantado (devido aos seus créditos pessoais e profissionais e Sra. Deputada Isabel Rodrigues aí reconhecer-me-á o direito exatamente por a considerar muito), admirado por ter votado favoravelmente uma coisa que considero que é ilegal. Foi por isso. Nada mais do que isso, que foi o diploma dos professores e que V. Exa., tenho a certeza, que fora desta casa, não estando nas funções de deputada, era capaz de ter outra opinião. Só isto sobre essa matéria, mais nada tenho a dizer-lhe.

Se a ofendi Sra. Deputada, pela consideração que lhe tenho (não era minha intenção), peço-lhe desculpa. Não a queria ofender, Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Obrigada!

O Orador: Faço isso, não o faria a muita gente dessa bancada, mas a si eu faço.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco Coelho)

O Orador: Sr. Deputado Francisco Coelho, não vou dizer-lhe nada, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Talvez seja melhor!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... porque o senhor realmente ... Tenho pena pela amizade que lhe tenho também.

Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga!

O Orador: ... acho curioso agora o seu comportamento.

Como não pude bater na Deputada Isabel, nem no Deputado Francisco Coelho, vou bater no Deputado Aníbal Pires. Pronto! Ele leva pelos dois!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos lá!

O Orador: Como diria a Deputada Catarina Furtado no plenário passado, o senhor vai levar pelos dois.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ai é?

O Orador: É! Vai levar pelos dois!

Oh, Sr. Deputado Aníbal Pires, acho curioso que o senhor sendo de um partido que se diz democrata, eleito pelo povo e que está aqui eleito por um sistema democrático (os outros caíram da estratosfera, uns dos céu, outros da estratosfera, a Deputada Zuraída veio da estratosfera, eu naturalmente vim do céu direito para aqui), o Sr. Deputado Aníbal Pires já se arroga de uma arrogância extraordinária que é: votem contra os meus projetos. Quando tem a certeza, de combinação prévia, que vai ser aprovado por aquele lado, então instiga os outros a votarem contra. Isto é absolutamente extraordinário quando o que o senhor devia, acho eu, era tentar que todos votassem a favor. Não! O senhor já tem quem vote a favor, portanto, que lhe garanta a aprovação, e instiga os outros a votarem contra, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Essa é absolutamente extraordinária e estratosférica, se me permita que lhe diga, e a Sra. Deputada Zuraída Soares não se vai ofender do Deputado Aníbal Pires lhe fazer companhia na estratosfera.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não!

O Orador: Aliás, acho que é capaz de se ofender com a companhia, mas, Sr. Deputado Aníbal Pires, na minha interpretação do tribunal acho que é preciso ter algum cuidado pelos motivos que já lhe expliquei. Tão somente isto! Mais nada do que isto!

Portanto, o projeto é positivo, é um problema sério, é um problema que temos que ter atenção, porque senão daqui a dias não temos um peixinho para pescar. Isso é verdade!

Agora, é preciso integrar isto tudo numa visão e claro ter em conta também aquilo que o Supremo, não o Tribunal Central Administrativo, mas o que o Supremo diz ou escreve no seu acórdão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires na qualidade de proponente quero colocar-lhe uma questão que penso que o Sr. Deputado irá responder de forma afirmativa, mas de qualquer das formas quero que fique registado.

O Sr. Deputado considera, tendo em conta que esta recomendação exige que seja criado um dispositivo militar adequado, reconhece que neste momento a Marinha Portuguesa, como também a Força Aérea Portuguesa, como também as nossas forças de segurança, neste momento não têm a dotação suficiente para que possam desempenhar as suas missões de soberania e de fiscalização com a qualidade que é exigida.

Portanto, nesse sentido, o que pergunto é se o PCP está de acordo que é absolutamente fundamental, neste momento, reforçar os meios que são colocados à disposição da Marinha e da Força Aérea.

Coloco-lhe esta questão pelo seguinte, porque não gosto de ser hipócrita nestas questões.

Nós podemos colocar exigências às instituições, às nossas polícias, às nossas forças da defesa nacional, mas também se colocamos exigências também temos que lhes colocar à disposição os meios eficazes para desempenharem as suas funções. Não é só exigir, é também colocar esses meios.

Portanto, acho que a questão é relevante e gostava que V. Exa. me respondesse em relação à questão que lhe coloco.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, com todo o gosto lhe respondo.

É evidente que reconheço que os meios que as forças armadas portuguesas, designadamente a Marinha e a Força Aérea, dispõem não são suficientes.

Está respondido, Sr. Deputado.

Agora não cabe...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Com certeza.

Oh, Sr. Deputado, agora veja uma coisa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Era esse registo que eu queria!

O Orador: Nós não temos competência para reforçar, para sermos nós a tomar a iniciativa de reforçar os meios das forças armadas, mas temos competência para recomendar isto que estamos a recomendar e que com certeza, se a recomendação for aceite, é evidente que o Estado português tem de dar alguma atenção a esta questão.

Oh, Sr. Deputado, nós poderíamos até fazer aqui uma discussão sobre a questão dos investimentos que foram feitos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou de acordo consigo! Só fiz a pergunta para registo!

O Orador: Sim! Só para terminar, Sr. Deputado.

Nós até podíamos encaminhar aqui esta discussão para as opções que têm sido feitas ao nível dos investimentos nas forças armadas. Não me parece que seja o momento adequado, até porque ao contrário daquilo que disse o Sr. Deputado Artur Lima (e agora é para o Sr. Deputado Artur Lima; não é para o Sr. Deputado Artur Lima, é para a câmara), em relação às questões que o Deputado Artur Lima colocou...

Oh, Sr. Deputado, vejamos o seguinte.

O PCP (e se V. Exa. ler atentamente o Projeto de Resolução) quando apresenta, porque se trata de uma questão que nos une a todos, aquela que é a pretensão do PCP, é que este Projeto de Resolução venha a ser aprovado por unanimidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, esse é o desejo do PCP, porque é uma questão de vital importância para os Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, bom!

O Orador: Portanto, V. Exa. é que anda aí à procura não sei de que argumentos para tomar outra posição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Está enganado!

O Orador: O senhor é livre de o fazer.

Agora não há aqui nenhum pressuposto como o senhor aqui colocou: como o Partido Socialista já disse que vai aprovar o Projeto de Resolução ... Não, não! Interessa aos Açores e interessa ao povo açoriano que esta câmara aprove por unanimidade esta iniciativa do PCP. Isso é fundamental, porque isso dá força a esta iniciativa que depois de ser aprovada deixa de ser do PCP para ser um Projeto de Resolução e uma recomendação da Região Autónoma dos Açores e isso é que é importante.

O importante não é este Projeto de Resolução ser aprovado; o importante é que depois de ser aprovado é uma posição da Região Autónoma dos Açores.

E, Sr. Deputado Artur Lima, para que fique claro, esse é sempre o intuito do PCP. Não há aqui jogos de política como V. Exa. é mestre em fazê-los.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o ponto 12 da Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 63/X –**

“Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias, no sentido de assegurar o funcionamento da Estação Costeira”, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A urgência está exatamente justificada, do nosso ponto de vista, na folha de rosto do Projeto de Resolução, uma vez que esta recomendação ao Governo Regional, no sentido de assegurar a manutenção e o funcionamento da Estação Costeira, é para o Bloco de Esquerda uma questão de interesse público e, portanto, como tal tem urgência em ser debatida, votada, por forma a que se for atendida nas suas pretensões o Governo Regional possa, com a máxima rapidez, intervir no sentido deste mesmo desiderato e manter em funcionamento a Estação Costeira, assegurando o serviço público que ela presta às nossas comunidades piscatórias e não só.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Só para informar a câmara que nós vamos votar favoravelmente este pedido de urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, a Sra. Deputada Zuraida Soares vai usar da palavra para a apresentação do diploma.

Alerto apenas que foi feita uma substituição integral do mesmo e que foi ontem distribuído por todos.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Tendo a Sra. Presidente chamado a atenção (e bem!) para a substituição integral, compete-me a mim justificá-la.

Começaria por dizer “eu, pecadora, me confesso”, porque em diálogo com o Governo Regional compreendi, porque me foi chamada a atenção para isso, que os dois pontos que faziam parte da resolução, sobretudo o segundo (e vou lê-lo) que recomendava ao Governo Regional que “a manutenção das ligações e cabo de fibra ótica seja incluída no Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros”, enfim, pela complexidade e pela dificuldade de agilizar de um momento para o outro, esta pretensão iria invalidar uma resposta rápida e ágil ao primeiro ponto deste Projeto de Resolução, que é exatamente pedir ao Governo, recomendar ao Governo, que “tome as medidas necessárias para assegurar a continuação do serviço de utilidade pública desta Estação Costeira, bem como [e isto é que é para nós fundamental, porque uma coisa depende também da outra] o pagamento atempado da remuneração do operador desta Estação”.

Ora, exatamente porque compreendemos estes dois pontos (o segundo iria atrasar a implementação e a agilização do primeiro), o Bloco de Esquerda fez uma substituição integral do seu Projeto de Resolução, tendo o Governo Regional o compromisso de que a operacionalização do segundo ponto, ou seja, “a manutenção das ligações e cabos de fibra ótica incluídas no Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros” se fará e o Bloco de Esquerda participará com gosto e com vontade na possibilidade de que esta pretensão seja operacionalizada o mais rápido possível.

Dito isto, para que não haja equívocos nem apartes, gostaria agora de falar da Estação Costeira.

Quando nós falamos de Estação Costeira estamos a falar, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, de um verdadeiro trabalho social, de um trabalho de utilidade pública cada vez mais decisivo e inegável, tanto mais que no âmbito do desenvolvimento da economia do mar, que todos e todas queremos, este tipo de serviço é, como a vida o tem comprovado, essencial.

Este serviço é também um fator de desenvolvimento da nossa economia, porque ao proteger e salvaguardar pessoas e bens tem um contributo indireto no desenvolvimento da economia açoriana.

Esta Estação Costeira, por razões publicamente conhecidas, está em perigo e em risco de sobrevivência, mas há um facto não menos importante: é que a pessoa que desenvolve este magnífico trabalho de tanta importância para os Açores, com irrepreensível empenho, abnegação e responsabilidade, confronta-se permanentemente com salários em atraso, com a angústia da instabilidade de quem nunca sabe com o que pode contar no final de cada mês e com uma indiferença e desprezo institucional pelo serviço público que presta absolutamente inaceitável para todos e todas nós.

Instabilidade de vida, insegurança e solidão, fatores que, exatamente todos os dias, este mesmo trabalhador procura impedir a todos aqueles que são a razão de ser do seu trabalho.

Por todas estas razões não é nem socialmente, nem humanamente, nem politicamente aceitável impor a este trabalhador, a este homem, este tipo de privações.

Ora, todos e todas nesta casa sabemos que há um litígio judicial, penso eu, entre o Governo Regional e a Cooperativa Porto de Abrigo detentora desta Estação Costeira.

Todos e todas conhecemos a situação extremamente difícil, do ponto de vista financeiro, que esta cooperativa atravessa, mas esse é um assunto que seguirá os seus trâmites próprios e as respetivas deliberações em sedes próprias.

Contudo, aquilo que o Bloco de Esquerda pretende com este Projeto de Resolução é que o Governo Regional proteja esta mais-valia tão essencial à região e assegure a dignificação da vida e do trabalho de um homem que, diariamente e quase 24 horas por dia, se dedica à causa pública, aos nossos concidadãos e a todos e todas aquelas e aqueles que oriundos das mais diversas partes do globo cruzam os nossos mares.

Para já, Sra. Presidente, é esta a justificação para o Projeto de Resolução.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Membros do Governo:

A Estação Costeira é de facto um trabalho extremamente importante para a gestão do risco das nossas embarcações e que, de facto, sendo feito voluntariamente tem um valor acrescido. Isso quer dizer que a disponibilidade para prestar serviços cívicos à população é cada vez menos nos dias que correm, em que a nossa sociedade fica cada vez mais voltada cada um para si próprio, cada vez mais egoísta e estamos perante um serviço que é fundamental para a gestão do risco da pesca nos Açores e para prestar um serviço humano a quem cruza o mar dos Açores.

De facto, há dados interessantes. Por exemplo, em 2010, a Estação Costeira registou 995 utilizadores. São números importantes para percebermos a aflição que as pessoas sentem e o serviço que é prestado.

Portanto, há um papel que é fundamental, que é produzido por uma pessoa sem qualquer responsabilidade, a não ser moral.

Por outro lado, presta, no fundo, também uma fiscalização. Acabámos de aprovar a necessidade de fiscalizarmos as águas territoriais açorianas e no fundo isto também serve para fiscalização, porque é importante a comunicação entre as pessoas que andam no mar.

Sendo assim, e independentemente de quem presta este serviço, e independentemente de gostarmos ou não gostarmos do local onde ele está sediado, o que interessa ver é de facto o trabalho meritório que aqui se apresenta e que haja um Projeto de Resolução para pagar um salário.

Acho que não custa pagar um salário a quem quer fazer um trabalho de ajuda aos outros, especialmente quando esta é uma ajuda desinteressada e que deveria ser toda aquela ajuda que as pessoas deviam dar na nossa região aos outros para gerir o risco e ajudar a ter uma vida melhor, com uma família mais protegida, porque, no fundo, essa gente arrisca a vida e é preciso ter alguém que ajude a protegê-los dos riscos que todos os dias acontecem no mar, porque o mar é imprevisível, apesar da tecnologia que temos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava a ver que não defendia a classe operária!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que estou de acordo e vou votar favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda, que aliás está muito bem fundamentada, e que pelos números que são apresentados demonstram que esta Estação Costeira da Porto de Abrigo está de facto a prestar um serviço que é muito valorizado pelos pescadores. Também sei disso de fonte direta e tenho testemunhos nesse sentido.

O que quero perceber é uma questão prática que é a seguinte. O que diz aqui a recomendação, o que escreve, é o seguinte: “para assegurar a continuação do

serviço de utilidade pública desta Estação Costeira, bem como o pagamento atempado da remuneração do operador desta Estação”.

Ora, o que quero saber é o que é que o Governo vai fazer de forma diferente para assegurar que esta remuneração seja paga a tempo e horas conforme aqui está referenciado?

A minha questão é de carácter prático e gostava que o Governo Regional me respondesse a esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

Sobre a importância da Estação Costeira da Porto de Abrigo já aqui foi dito e reconhecida a sua importância e a Representação Parlamentar do PCP associase efetivamente ao reconhecimento do excelente trabalho que a Estação Costeira tem vindo a fazer.

Mais! Face àquilo que tem sido o desmantelamento de outras estruturas de apoio, quantas e quantas vezes a única voz que é ouvida no mar é a da Estação Costeira da Porto de Abrigo?

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP, sem nenhum tipo de dúvidas, vai dar o seu apoio a este Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A Estação Costeira é, conforme é dito no preâmbulo deste projeto, um importante meio de apoio que presta um inestimável serviço aos pescadores, à náutica de recreio e também à pesca desportiva.

O recurso deste meio tem vindo a aumentar nos últimos anos conforme também é referido neste preâmbulo e conforme também já indicou o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Normalmente, quem recorre a este serviço tem a ver com pedidos de socorro, nomeadamente em caso de avaria no mar.

Houve, de facto, uma interrupção no financiamento daquela estação por razões que são públicas, mas é preciso não esquecer que aquele equipamento foi adquirido com financiamento público, nomeadamente com recurso a fundos comunitários.

Também é preciso referir que, relativamente a esta interrupção do financiamento àquela instituição, o Governo Regional não tem qualquer responsabilidade.

No entanto, os utilizadores do mar necessitam de manter ativo este serviço para operações de socorro e salvamento, para comunicações e, em última análise, em caso de catástrofes naturais e também para apoio à fiscalização.

Este Projeto de Resolução vai ao encontro do Governo Regional, já manifestada noutras situações, de participar no financiamento da Estação Costeira.

De certeza que serão encontradas soluções para pôr em prática esta recomendação.

Informo a câmara que desta maneira o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente ...

Deputada Zuraida Soares (BE): PSD?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Fugiu a boca para a verdade!

(Risos da câmara)

O Orador: ... do PS vai votar favoravelmente.

Sr. Deputado Artur Lima, não se preocupe, porque isso não é coisa que pegue.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava preocupado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Apesar do nosso sentido de votação já ter sido anunciado pelo Sr. Deputado José Ávila, e efetivamente vamos votar favoravelmente,...

Deputado Francisco César (PS): Então anuncie o nosso!

O Orador: ... mesmo assim queria também dar, em nome do PSD, duas ou três notas que nos parecem importantes sobre a Estação Costeira.

Em primeiro lugar, dizer que o PSD dá enorme importância às questões da segurança em qualquer atividade, especialmente nas pescas e nas atividades do mar. Esse cuidado com a segurança e esse valor da segurança é um aspeto que deve merecer uma atenção e um cuidado acrescido.

Uma segunda nota para reconhecer que neste aspeto, aspeto da segurança do mar, nós temos efetivamente ainda um caminho longo a percorrer, porque as debilidades (e como aqui algumas já foram descritas) são muitas.

A terceira nota para reconhecer a importância da Estação Costeira da Porto de Abrigo em assegurar esta segurança no mar, nas pescas, mas não só, também em outras atividades realizadas no mar, como a náutica de recreio e provas desportivas.

Conclui-se assim, e facilmente, que esta Estação Costeira, apesar das dificuldades, tem feito um trabalho verdadeiramente digno de registo na ajuda aos homens do mar, ajudando a salvar, a proteger vidas humanas e a prevenir outros acidentes.

Portanto, face a essa importância, de duas, uma: ou o Governo Regional tem alternativas para prestar este serviço e deixa a Estação Costeira continuar este rumo que vai levar ao seu desaparecimento; ou, por outro lado, o Governo Regional não tem alternativas e age em conformidade, apoiando o funcionamento desta Estação, pois ela presta um serviço verdadeiramente insubstituível na segurança e na salvaguarda de vidas humanas.

Poderia ser um problema o enquadramento desta preocupação, com o reforço da segurança no mar, em termos de financiamento comunitário, mas esta preocupação e este reforço com a segurança do mar também estão enquadrados no âmbito da nova reforma da Política Comum de Pescas, em que os apoios para a renovação e modernização das embarcações, que não aumentem a capacidade de pesca e o esforço de pesca, vão no sentido de aumentar a segurança no mar e melhorar as condições de trabalho a bordo.

Creio que haverá apoios comunitários que podem ajudar a manter, a reforçar e a potenciar a utilização desta Estação.

Portanto, ela é importante, presta um serviço insubstituível, há enquadramento em termos de apoios comunitários, agora é preciso que haja efetivamente disponibilidade do Governo para cooperar e para colaborar com esta entidade, para continuarmos a ter e até para reforçar este serviço.

Pela posição que já foi anunciada do Partido Socialista que vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução parece que há essa disponibilidade e, portanto, resta-nos concluir que ainda bem que assim é, a bem da segurança no mar, a bem da segurança de todos estes profissionais e de todas estas atividades que se realizam no mar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Fiz uma pergunta ao Governo Regional. Já começo a ficar com saudades do Sr. Deputado André Bradford ...

Deputado André Bradford (PS): Não tenha saudades! Eu estou aqui!

O Orador: ... quando ocupava aquelas funções. Respondia sempre. Era quase sempre ao lado, mas respondia sempre. Tinha essa preocupação de responder à oposição, não com dados muito objetivos, mas tinha essa preocupação em responder.

Penso que quem tem estas funções agora é o Sr. Vice-Presidente e o que lhe pergunto ...

Peço desculpa, mas temos que aprofundar aqui, no Parlamento dos Açores, estas questões.

Há aqui uma recomendação. A recomendação é clara, diz assim: “que o Governo Regional tome as medidas necessárias para assegurar o pagamento atempado da remuneração do operador”.

Diz a Sra. Deputada que isso não era feito, portanto, que há muitos atrasos e há aqui uma recomendação que o Partido Socialista vai votar a favor. Portanto, vai votar a favor que o Governo Regional tome as medidas para pagar atempadamente. Perguntei (é um problema fazer perguntas, mas fiz uma pergunta): o que é que o Governo Regional vai fazer de diferente para assegurar a concretização desta recomendação?

É uma pergunta muito simples, mas que penso que é fundamental para que a câmara seja devidamente informada, porque senão estamos aqui, pura e simplesmente, numa retórica oca e vazia em relação ao conteúdo e quero ter uma resposta objetiva.

O Governo Regional assume alguma responsabilidade em relação a esta matéria?

Já vimos, pelo que o Partido Socialista disse, que não.

O Governo Regional assume que esta recomendação...

Deputada Zuraída Soares (BE): Que não?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não disse isso!

O Orador: O Partido Socialista é que disse.

Não tinha nenhuma responsabilidade em relação ao atraso. O que o Partido Socialista disse...

Deputado José Ávila (PS): Disse!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, não foi o que o Partido Socialista disse? Não foi? Que o Governo Regional não tinha nenhuma responsabilidade em relação a esta matéria? V. Exa. não disse isso?

Portanto, em relação a este atraso o Governo não tem, não assume nenhuma responsabilidade. Pronto.

O que pergunto agora é: o que é que o Governo Regional vai fazer para assegurar que este pagamento seja feito de forma atempada, mesmo reconhecendo que não tem essa responsabilidade, mas passa a ter responsabilidade, e evitar que existam novos atrasos? Portanto, irá introduzir um qualquer mecanismo?

É isto que pergunto: o que é que vai ser feito do ponto de vista objetivo? É esta a resposta que quero.

Deputado André Bradford (PS): Que gostava!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só uma membro desta vez!

O Orador: Como?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só uma membro!

O Orador: Não vamos discutir se é o masculino, se é o feminino. Está bem?! A Sra. Deputada Zuraída Soares poderá explicar melhor a questão de género.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado, se me permite, tenta criar aqui uma confusão numa matéria que é claríssima.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: A proposta do Bloco de Esquerda também é claríssima.

O Sr. Deputado tenta dizer que o não pagamento atempadamente é da responsabilidade do Governo. Não é! Não é da responsabilidade...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Vamos ser muito claros. A forma como a pergunta está colocada, ou como a recomendação está feita, é corretíssima.

“Que o Governo Regional tome as medidas necessárias para assegurar a continuação do serviço de utilidade pública desta Estação Costeira”.

Primeira questão, o Governo concorda? Concorda, sim senhor.

Segundo: “bem como o pagamento atempado da remuneração do operador desta Estação”.

Passar a assegurar! Passar a assegurar essa responsabilidade.

O Governo está disponibilidade para passar a assegurar essa responsabilidade?

Sim, está!

Deputada Zuraida Soares (BE): É isso mesmo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado Paulo Estêvão não leu e não conhece. Isso é que é grave!

O Orador: É isto que está em causa de forma muito clara e muito concreta.

Primeiro, isto (como muito bem disse o Sr. Deputado José Ávila) é uma matéria que não era responsabilidade do Governo, nem é neste momento.

O que está a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda a propor é que passe o Governo a assumir esta responsabilidade e, conseqüentemente, sendo o Governo que passa a assumir esta responsabilidade, consiga assegurar o pagamento atempado deste funcionário, que neste momento não recebe atempadamente, não por responsabilidade do Governo, porque o Governo não tem responsabilidade sobre esta matéria, mas o Governo ao passar a assumir a responsabilidade sobre esta matéria assegura este pagamento atempado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: É claro, claro, como água esta resolução e, conseqüentemente, tem a total concordância do Governo dos Açores e o compromisso que o Governo, dada a importância deste serviço, passará a assumir esta responsabilidade, ...

Deputado André Bradford (PS): O que é grave aqui é que o senhor não sabia de nada disto. Não estava informado. Muito grave!

O Orador: ... passará a assumir esta competência e passará, conseqüentemente por essa via, a assegurar também a estabilidade de mais uma família nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, aqui, não fiz nenhuma afirmação. Aliás, o que eu disse, e o Sr. Deputado confirmou, foi que o Governo não assumia nenhuma responsabilidade nesta matéria. Até pedi a confirmação.

Deputado André Bradford (PS): Não disse!

Deputado Francisco César (PS): Não, não! Sr. Deputado, seja sério!

O Orador: Não disse que o Governo tinha. Disse que o Partido Socialista tinha dito que o Governo não tinha nenhuma responsabilidade e não questionei isso.

Agora, Sr. Vice-Presidente, o problema é o seguinte: é que em democracia nós temos que fazer perguntas e o senhor Sr. Vice-Presidente mostrou-se muito perturbado por eu ter feito uma pergunta.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu? Perturbado?

O Orador: Não fiz nenhuma afirmação. Perguntei-lhe que mecanismo é que o Governo iria adotar em relação a esta questão.

Deputado André Bradford (PS): O mecanismo chama-se transferência bancária!

O Orador: Até como sabe isto é uma urgência, não foi debatido em comissão, não tinha essa informação e fiz-lhe a pergunta, mas parece que é crime neste Parlamento fazer perguntas e o Sr. Vice-Presidente também problematizou o facto de se fazer uma pergunta, que se faz uma pergunta com má-fé. Não! Tenho toda a boa-fé nesta pergunta. Toda a boa-fé!

Só quero ser informado. Não quero criar-lhe dificuldades adicionais. Aliás, a minha prática é no sentido de obter informação para tomar uma decisão justa e objetiva.

Portanto, esta pergunta não tinha nenhum propósito de perturbar V. Exa., embora V. Exa. tenha demonstrado que fica perturbado com as perguntas que lhe são feitas pelos grupos parlamentares.

Em relação ao conteúdo da sua resposta fiquei esclarecido, mas não estava. Não estava, nem esta câmara estava.

Portanto, ficou registado o que é que o Governo pretende fazer e devo dizer que estou de acordo.

Como vê, em relação a esta matéria, era apenas uma pergunta que não tinha segundas intenções, a não ser obter a informação necessária para esta câmara e para quem nos está a ouvir, Sr. Vice-Presidente.

Nós, oposição, uma coisa que nunca podemos deixar de fazer é perguntas.

Muito obrigado pela resposta, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado, Sr. Deputado!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A oposição tem agora um porta-voz?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Convém é que elas tenham algum fundamento!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor não percebe nada disso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora a ler a proposta de deliberação final: **a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada a todos.

Um bom regresso a casa.

(Eram 12 horas e 30 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados/as que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Deputados/as que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Documentos entrados

1 – Relatórios:

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 82/2014 – “altera o Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, e o Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, com o objetivo de clarificar e regulamentar, respetivamente, as competências do capitão do porto, e os termos em que é admissível o funcionamento das concessões balneares e respetivos serviços complementares ou acessórios, fora da época balnear”](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalhos

Data de Entrada: 2014.03.12;

Assunto: [Parecer sobre o Projeto de decreto-lei que procede à adaptação da Entidade Reguladora da Saúde, ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de Agosto - MS - \(Reg. DL 66/2014\).](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014.03.12.

2 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Legislativa os Diários n.ºs 52 e 53 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A redatora, Ana Sofia Machado